



Resenha do artigo “Cidadania e Direitos Sociais no Brasil: Um Longo Percurso para os Acessos aos Direitos Fundamentais”

*Review of the article “Citizenship and Social Rights in Brazil: A Long Path towards
Access to Fundamental Rights”*

Mayra Cristina Fonseca da FONSECA¹
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Este artigo aborda a construção da cidadania e dos direitos sociais no Brasil, destacando sua inter-relação e evolução histórica, especialmente no contexto da Constituição Federal de 1988. Além disso, discute-se a construção contemporânea da cidadania através do enfrentamento da pobreza. Utilizando uma abordagem histórico-crítica, a pesquisa explora a transformação da cidadania como um conceito que reflete a trajetória dos direitos sociais no país, especialmente diante da nova lógica de desenvolvimento capitalista e do combate à pobreza.

Introdução

A autora inicia o texto conceituando a palavra cidadania, e como ela está implementada no Brasil, e desenvolve como ela está intimamente ligado aos direitos sociais, cuja garantia se consolidou com a Constituição Federal de 1988. A evolução desses direitos reflete a transformação histórica da sociedade brasileira, desde o período colonial até a atualidade. O artigo tem como objetivos principais: (1) discutir a categoria cidadania e sua relação com os direitos sociais, e (2) analisar a construção contemporânea da cidadania no contexto do combate à pobreza. Para tanto, o texto tem uma perspectiva histórico-crítica, complementada por uma revisão teórica baseada nas contribuições de T.H. Marshall e José Murilo de Carvalho.

¹ Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará.



1 Conceitos de Cidadania e Direitos Sociais

1.1 Cidadania e Direitos Sociais: Definições e Inter-relações

A cidadania é um conceito dinâmico, que abrange um conjunto de direitos e deveres atribuídos aos indivíduos dentro de um Estado, permitindo sua participação ativa na vida política e social. T.H. Marshall destaca que a cidadania se estrutura em três dimensões principais: civil, política e social. A dimensão social, em particular, envolve direitos que garantem o bem-estar e a segurança social dos cidadãos, tais como educação, saúde, e seguridade social.

Dimensão Civil: Inclui direitos básicos como liberdade de expressão, direito à propriedade, e direito à justiça

Dimensão Política: Refere-se ao direito de participar no processo político, incluindo o direito de voto e a elegibilidade para cargos públicos.

Dimensão Social: Envolve direitos que asseguram um mínimo de bem-estar econômico e segurança, como saúde, educação, e proteção social.

José Murilo de Carvalho complementa essa visão ao analisar a trajetória dos direitos sociais no Brasil, evidenciando como esses direitos têm sido essenciais na construção de uma cidadania inclusiva. Ele argumenta que a cidadania no Brasil se desenvolveu de maneira desigual, com avanços significativos, especialmente na era republicana e após a Constituição de 1988, mas ainda enfrenta desafios na efetivação plena dos direitos sociais.

1.2 A Constituição de 1988 e a Ampliação dos Direitos Sociais

A Constituição de 1988 representa um marco na história dos direitos sociais no Brasil, consolidando um arcabouço legal que visa garantir a cidadania plena. Ela incorporou direitos fundamentais que incluem:

Direito à Saúde: Implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo acesso universal e gratuito.



Direito à Educação: Universalização do acesso à educação básica e valorização da educação pública.

Seguridade Social: Estabelecimento de um sistema abrangente de previdência e assistência social.

2 Evolução Histórica da Cidadania e dos Direitos Sociais no Brasil

2.1 Período Colonial e Império

Durante o período colonial e imperial, a cidadania era restrita e elitista, com leis e direitos focados na elite econômica. A exclusão dos direitos básicos era evidente, especialmente para indígenas, negros escravizados, e mulheres. A Abolição da Escravatura em 1888 representou um passo inicial, mas a falta de políticas de inclusão perpetuou a exclusão social.

2.2 Primeira República e Era Vargas

Com a industrialização e a urbanização, surgiram novas demandas por direitos sociais. Getúlio Vargas introduziu políticas trabalhistas fundamentais, estabelecendo uma base para a cidadania social. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e outras reformas sociais começaram a moldar um sistema de direitos sociais, embora de forma ainda limitada

2.3 Ditadura Militar e Redemocratização

Durante a ditadura militar, houve uma repressão aos direitos civis e políticos, mas paradoxalmente, algumas políticas sociais foram introduzidas. A redemocratização, culminando na Constituição de 1988, representou um avanço significativo, expandindo os direitos sociais e estabelecendo um Estado de bem-estar social

3 A Construção Contemporânea da Cidadania e o Enfrentamento da Pobreza



3.1 Desafios Contemporâneos

Embora a Constituição de 1988 tenha garantido um amplo leque de direitos sociais, a efetivação desses direitos enfrenta desafios persistentes, principalmente devido à desigualdade social e econômica:

Desigualdade Social: A concentração de renda e a exclusão social de grupos vulneráveis dificultam o acesso equitativo aos direitos.

Burocracia e Ineficiência: A burocracia excessiva e a ineficiência administrativa limitam a implementação eficaz das políticas públicas.

Financiamento Inadequado: A falta de financiamento adequado prejudica a sustentabilidade e a eficácia das políticas sociais.

3.2 Políticas Públicas e o Combate à Pobreza

Políticas públicas desempenham um papel crucial na promoção da cidadania e na inclusão social:

Bolsa Família: Um programa de transferência de renda que tem sido fundamental na redução da pobreza extrema e na melhoria da segurança alimentar.

Minha Casa, Minha Vida: Programa habitacional que visa proporcionar acesso à moradia digna para famílias de baixa renda, contribuindo para a redução do déficit habitacional.

Essas políticas têm sido eficazes na melhoria das condições de vida da população mais pobre, mas enfrentam desafios contínuos de financiamento e sustentabilidade.

4 Reflexão Sobre a Cidadania no Brasil na Atualidade

A cidadania no Brasil, no contexto contemporâneo, deve ser entendida como um processo em evolução, que reflete os esforços contínuos para enfrentar a pobreza e promover a inclusão social. A nova lógica de desenvolvimento do capital, que impõe desafios adicionais, exige políticas públicas inovadoras e eficazes que possam garantir o acesso universal aos direitos fundamentais.



4.1 O Papel dos Movimentos Sociais

Movimentos sociais continuam a desempenhar um papel essencial na defesa e promoção dos direitos sociais. Eles são fundamentais na pressão por mudanças políticas e na implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população.

5 Considerações finais

Angélica Cristina Nagel Hullen, em "Cidadania e Direitos Sociais no Brasil: Um Longo Percurso para os Acessos aos Direitos Fundamentais", destaca a importância dos direitos sociais na construção da cidadania no Brasil. O percurso da cidadania e dos direitos sociais é um processo contínuo que enfrenta desafios estruturais, mas que tem avançado significativamente. A efetivação plena desses direitos exige um esforço constante de todos os segmentos da sociedade, incluindo o Estado, os movimentos sociais e os cidadãos. O combate à pobreza e a promoção da inclusão social são fundamentais para a construção de uma cidadania plena e equitativa.

REFERÊNCIAS

HULLEN, Angélica Cristina Nagel. **Cidadania e Direitos Sociais no Brasil: Um Longo Percurso para os Acessos aos Direitos Fundamentais**. Curitiba: CRV, 2021.